
A EDUCAÇÃO EM TEMPOS DE GOLPE, OU COMO AVANÇAR ANDANDO PARA TRÁS

THE EDUCATION IN HIT TIMES, OR HOW TO GO FORWARD BACK

LA EDUCACIÓN EN TIEMPOS DE GOLPE, O COMO AVANZAR ANDANDO ATRÁS

Paulino José Orso¹

Resumo: Neste artigo nos propomos a analisar a realidade educacional e as implicações para os trabalhadores decorrentes do ataque parlamentar, jurídico, midiático, econômico e social desencadeado no Brasil, em 2016, e analisar os fatos que o marcaram e caracterizaram no intuito de desmistificar os discursos e revelar os reais interesses encobertos e camuflados na suposta necessidade de derrubar um governo, para promover reformas, “resolver a crise” e “estabelecer uma ponte para o futuro”.

Palavras-chaves: Educação; ataque político; reformas; ataque aos trabalhadores.

Abstract: In this article we propound to analyze the educational reality and the implications for the workers resulting from the parliamentary, judiciary, media, economic and social coup occurred in Brazil in 2016, and analyze the facts that signalized and featured it in order to demystify the speeches and show off the practical and real hidden and camouflaged interests in the supposed need to overthrow a government, to promote reforms, “solve the crisis” and “establish a bridge to the future”.

Keywords: Education; Political Coup; Reforms; Attack on workers.

Resumen: En este artículo nos proponemos analizar la realidad educativa y las implicaciones para los trabajadores que resultan del ataque parlamentario, legal, mediático, económico y social desatada en Brasil, en 2016, y analizar los hechos que o han marcado y caracterizado, desmitificar el discurso y revelar los intereses reales, ocultos y camuflados en la supuesta necesidad de derrocar un gobierno, para promover las reformas, “resolver la crisis” y “construir un puente hacia el futuro”.

Palabras clave: Educación; ataque político; reformas; ataque a los trabajadores.

De antemão, deixamos claro que só se compreende a educação atual no contexto do ataque “iniciado” em 2016, que plantou Michel Temer no poder, mas que se completa com a sucessão de golpes, expressos na PEC 241/55, que congelou os salários por 20 anos, na Reforma do Ensino Médio, da Previdência, na terceirização, na Reforma Trabalhista e Política, que em seu conjunto, configuram-se como um ataque sem precedente contra a classe trabalhadora. Para analisar com maior profundidade e detalhes, porém, neste artigo, nos ocuparemos mais especificamente da educação.

Convenhamos, o momento em que vivemos, no Brasil e no mundo, não deixa espaço para comemoração, seja em relação à educação ou aos direitos dos trabalhadores. Ao contrário, exige muita luta, estratégia e resistência, não para avançarmos, mas sim para, pelo menos, não retrocedermos tanto, uma vez que os ataques e as perdas já fazem parte da realidade da vida dos trabalhadores.

O atual contexto está longe de ser um “mar de rosas”, um “céu de brigadeiro”, águas tranquilas ou um berço esplêndido. A situação é tão calamitosa que chegamos ao cúmulo de que as pessoas nem se

quer tem a liberdade de falar o que pensam, caçam a voz, trancam a boca, amordaçam e impedem até mesmo de falar, sob pena de sofrer severas punições e sansões.

Isso faz com que nos encontremos num dos momentos mais tristes, terríveis e deprimentes da história, quando o capital se encontra extremamente concentrado e a violência, os conflitos, os golpes, as guerras e mortes campeiam livremente e os ataques aos trabalhadores, além de não cessar, procedem de todos os lados e por meio das mais diferentes formas.

Esse espectro se torna ainda mais temeroso e assustador na medida em que a classe trabalhadora se encontra desorganizada, com baixíssimo nível de consciência crítica e extremamente fragmentada. Consequentemente, a dimensão dos ataques se tornam iguais e contrários à consciência, à desorganização e desunião dos trabalhadores.

Na educação, a situação não é diferente, os ataques não dão trégua. Temos assistido um verdadeiro bombardeio. Empresários, políticos, a imprensa e, por extensão, grande parte da sociedade tecem críticas como se a educação devesse ser um oásis num deserto.

Quem, por exemplo, não ouviu reclamações como essa: “O Ideb revela: a escola pública não vai bem”, “o Ensino Médio está ruim”, “a educação é muito teórica”, “há muita teoria e pouca prática”, “os professores não ensinam”, “ao invés de ensinar, ficam doutrinando os alunos”, “estamos vivendo uma profunda crise e a escola não prepara a mão de obra para o mercado”. “Na universidade pública só estudam os ricos”.

Até parece que todos (políticos, empresários e entidades empresariais) se converteram em defensores dos pobres, da educação, enfim, que todos estão preocupados com a evasão escolar, com os índices de aproveitamento, com a qualidade do ensino, com a elevação cultural das massas...

Não vamos aborrecer ninguém trazendo aqui todos os problemas históricos da educação, que vão desde a formação dos docentes, às condições de trabalho, às salas superlotadas, à infraestrutura e os salários, à fragmentação do conhecimento, à qualidade da educação, que já são velhos e por demais conhecidos de todos. Será que ao propor reformas educacionais, estarão querendo resolver estes problemas? Observemos alguns fatos para ver no que se traduz tamanha preocupação das elites e do governo com a educação.

Em meados de 2016, a imprensa, o governos, os políticos e parte da sociedade, fizeram um estardalhaço ao anunciar aos quatro ventos, que, em 2015, 91% das escolas públicas avaliadas no Enem tiveram resultados piores que no ano anterior e, que, 6 de cada 10 escolas públicas apontaram queda na avaliação em relação a 2014. Enquanto isso, na rede privada, apenas 17% delas teve resultado pior que no ano anterior.

Considerando-se que, em todas as escolas públicas e privadas avaliadas, a média atingida foi de 515,8 pontos, no caso das escolas públicas, das 8.732 escolas avaliadas, 7.973 ficaram com notas abaixo da média, ao passo que, das 6,266 privadas, apenas 1.067, ficaram com índices abaixo da média geral.

Segundo levantamento do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), em 2015, o ensino médio nem se quer seguiu estagnado, pois, a média das escolas do país apresentou resultados iguais aos de 2011, com índice 3,7, portanto, bem abaixo dos 4,3 que era a meta estabelecida. No ensino

fundamental 2, que compreende do sexto ao nono ano, a média foi um pouco melhor, ficou em 4,5. Mesmo assim, permaneceu abaixo de 4,7 que era a meta prevista, que não se constitui em nenhuma excelência.

Os dados não são nada animadores. Pois, considerando-se que 60% das escolas públicas do país, ou 75% das de SP, não participaram do exame, e que a rede privada apresentou melhores índices, por um lado, acabar com o Enem, significa reduzir as possibilidades de acesso ao ensino superior por parte dos trabalhadores, ou então, que o governo não está nada preocupado com a universalização do ensino superior, que a educação continua sendo extremamente elitista². Ensino Superior voltou a ser uma exclusividade da classe dominante. Aos trabalhadores, os cursos técnicos, a “preparação” ou adestramento para o trabalho.

A questão é que são tomados alguns dados, que até podem ser “reais”, mas não para melhorá-los e sim para piorar ainda mais. Como diz o ditado: “Se dá para piorar, porque melhorar!?”. Há que se ficar alerta, pois, uma suposta verdade pode acabar sendo usada para legitimar uma série de golpes. Ou então, como diz Jean Wyllys (2016), “Toda mentira bem elaborada, para ser convincente, precisa começar apontando alguns fatos verdadeiros”.

Foi com base nesses dados e sob a justificativa de que a educação está ruim, que estamos atrasados em relação aos outros países e que as escolas privadas apresentam melhor resultado, que o Ministro da Educação, Mendonça Filho, afirmou que iria pedir urgência na apreciação do Projeto de Lei nº 6840/2013 para mudança do currículo do Ensino Médio. Mas, caso encontrasse dificuldades para aprová-la, iria pedir ao Planalto (presidente) que a fizesse por meio de uma Medida Provisória para garantir celeridade na mudança curricular. Afinal, é urgente “modernizar” e “melhorar” a educação, não é mesmo?

Mas, qual é a forma entendida pelo governo para modernizar e melhorar a educação? No caso do Enem, como a lei estabelecia a necessidade de participação de no mínimo 50% dos alunos na avaliação em cada escola, 60% das escolas públicas ficaram fora da avaliação. Em SP esse índice atingiu 75% delas. No caso das particulares, apenas 23% delas não atingiu esse índice e ficou fora da lista divulgada.

No entanto, ao invés de tomar medidas para estimular a participação dos alunos e aumentar o número de escolas e a qualidade da educação, inicialmente, o governo Temer pretendia elevar de 50% para 80% o mínimo de participação dos alunos no exame para que a escola tivesse o índice divulgado, numa medida aparentemente progressista. Depois, numa atitude populista e retrógrada, decidiu não só acabar com a obrigatoriedade dos alunos e escolas realizarem o Enem, como também com a divulgação dos resultados das avaliações por escolas e do uso dos resultados como certificação de conclusão do Ensino Médio.

Se, apesar de problemático, o exame se constituía numa forma das escolas poderem se “auto-avaliar” e buscar medidas para tentar melhorar a aprendizagem dos alunos e, conseqüentemente, a qualidade da educação, a não obrigatoriedade de fazer e a não divulgação dos resultados por escolas, que aparenta ser um avanço, dado seu disfarce “democrático” e aparentemente não autoritário, revela-se extremamente nocivo à educação, porém, mostra-se coerente com um governo que açambarcou o poder,

que toma decisões arbitrárias, por meio de medidas provisórias ou decretos, sem discutir com os envolvidos, avesso até mesmo ao mínimo de qualidade da educação, uma vez que poderia suscitar alguma consciência crítica e oferecer algum obstáculo e resistência aos ímpetus embusteiros do governo e da classe que representa.

Contudo, depois da imprensa tripudiar sobre os professores em função dos resultados ruins do Ideb e do Enem, e do ministro ter reunido sua equipe e o presidente Temer para anunciar **Reforma do Ensino Médio**, feita por meio da **Medida Provisória 746/2016**, voltaram atrás e disseram que “havam se enganado”, que um número x de escolas havia ficado de fora e que, portanto, os índices divulgados estavam errados.

Isso revela que, a preocupação não era propriamente com os resultados do Ideb, nem com a melhoria da educação, mas sim, de utilizar determinadas informações e aproveitar a oportunidade para legitimar os ataques à educação e justificar as reformas de acordo com os interesses das elites e do governo de plantão.

Vejam que a Reforma do Ensino Médio foi feita por Medida Provisória, sem qualquer discussão com os professores e com a sociedade. O recado foi enviado. Se a educação está mal e, se são os professores que ensinam ou deixam de ensinar, a conclusão lógica, líquida e certa é que a responsabilidade pela situação da educação é exclusivamente dos professores e de ninguém mais. E se a responsabilidade pelo “fracasso escolar” é dos professores, é preciso tirar deles as decisões sobre os rumos da escola e nem devem ser chamados para discutir, nem opinar, afinal, fazem parte do problema, não da solução.

Então, de acordo com essa mesma lógica e de acordo com o velho estilo tecnicista, inclusive piorado, pois, nem mesmo as reformas educacionais feitas durante a ditadura, foram feitas por decretos ou medidas provisórias, chamaram alguns “técnicos”, “sábios” e “expertos” para resolver os problemas da educação, cabendo aos professores e as escolas simplesmente executar as determinações superiores, sem hesitar, balbuciar e reclamar.

Então, do alto da “sapiência” e preocupação com a “qualidade do ensino”, o governo e seus ministros, decretaram: O ensino passará a ser integral..., a carga horária das escolas públicas será elevada de 800 para 1400 horas, de 4 horas diárias passará para 7 horas... Os alunos terão liberdade para escolher o curso que quiserem fazer... Não é uma maravilha tamanha preocupação com a melhoria da educação!?

Até aí tudo bem, afinal, quem não é a favor da elevação da carga horária e da melhoria do ensino? Mas, quando passamos das aparências à essência, vemos que essa preocupação parte exatamente de quem nunca teve essa preocupação, de quem sempre combateu a escola pública e defendeu sua privatização, então, no mínimo, é hora de ficar alerta.

A transformação da educação em “escolas de tempo integral” não passa de uma grande ilusão, vendida como panaceia para os problemas educacionais. Primeiro porque se antes os recursos já eram escassos, com o congelamento dos investimentos por 20 anos, haverá muito menos para viabilizar a proposta e, segundo, porque se trata de um número irrisório diante do total das escolas existentes no país. Além do mais, só serão autorizadas a funcionar em tempo integral, as que se submeterem às exigências e determinações dos “sábios” e “expertos” de plantão, assim entendidos pelo ministério da educação.

Todavia, para entender melhor a Reforma, como mencionamos, não podemos esquecer que foi realizada por meio de uma Medida Provisória, decretada em meio a um ataque parlamentar, político, econômico, judicial e midiático sem precedente, dado por uma elite.

Não foi por acaso que a primeira medida adotada por Temer ao assumir o governo, ainda na condição de interino, foi fazer uma “reforma ministerial”, também por medida provisória (MP 726/2016). Aliás, como não representa e não dialoga com o povo, resta o autoritarismo burocrático. Com uma só penada, dentre outros, acabou com os ministérios da Cultura, da Previdência, das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos, das Comunicações e do Desenvolvimento Agrário.

Voltando ao velho e antiquado patriarcalismo, essas mudanças visam deixar claro, na sua visão, quem manda, quem deve obedecer e qual é o lugar de cada um na arena social. Demonstra que cultura, igualdade de gênero, respeito aos direitos humanos e igualdade social estão fora da agenda golpista; que a propriedade privada é sagrada e intocável; que o lugar de mulher é na.... (complete a frase), de que negro é no... e que às questões sociais, definitivamente não combinam com golpes, mas sim com a polícia.

Não por acaso, para Ministro da Educação e Cultura foi nomeado Mendonça Filho, do Partido Democratas (DEM), um partido que surgiu de uma metamorfose da antiga golpista União Democrática Nacional (UDN), da Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e depois mudou para Partido Democrático Social (PDS), que sustentaram a ditadura, que foram sucedidos pelo Partido da Frente Liberal (PFL) e, finalmente, mudou para Democratas.

Todos eles, ou sua síntese, o Democratas, sempre foram contrários à democratização e a universalização da escola pública e das políticas sociais. Além disso, o ministro também carrega em seu currículo a acusação de receber R\$ 100 mil da Camargo Correia e de receber propina da Odebrecht, investigadas na Lava Jato.

Mendonça, é graduado em administração de empresas, com curso de gestão pública na Kennedy School, Harvard (EUA), foi um dos mais ácidos críticos e combatentes das políticas públicas do governo Dilma e é um ferrenho defensor das privatizações.

Deixando claro que não só os professores, os educadores, os pesquisadores e os intelectuais brasileiros não seriam seus principais interlocutores, com se quisesse ridicularizar, caçoar deles e achincalhar, não custa notar que, pouco depois de assumir ministério, recebeu em seu gabinete, o ator pornô Alexandre Frota e o ex-pastor Marcello Reis, fundador do *Revoltados Online*, um dos líderes de atos “pró-impeachment”, que apresentaram uma pauta de reivindicações sobre educação, defendendo a escola “sem” partido, o fim da “doutrinação ou assédio ideológico” de alunos por parte de professores e a “lei da mordaca”. Um currículo e uma história nada invejável, sobretudo, quando se trata de um ministro da educação, não é mesmo!?!?

Ou seja, realiza uma mudança profunda e sem precedentes na educação com caráter ditatorial, por meio de Medida Provisória, sob orientação de “atores” e “líderes” homofóbicos, fascistas, machistas, ignorantes e preconceituosos que levam propostas, lhes dão conselhos e dizem o que deve ser feito em termos de educação, sem, no entanto, discutir com professores.

Quanto às Mulheres, aos Negros e aos Direitos Humanos, foram integrados ao Ministério da Cidadania e Justiça, cujo ministro nomeado foi Alexandre de Moraes, que, dentre os atributos que o “qualificavam” para ser ministro estava o fato de ter sido do PMDB (partido de Temer); ser afilhado do Governador de São Paulo Geraldo Alckmin (PSDB); filiar-se a esse partido; ser acusado de receber R\$ 4 milhões em propina da construtora JHSF; ser acusado de plágio em sua tese de doutorado; fazer o contrário do que defendeu em sua tese doutoral, que acastelava que quem ocupasse cargo elevado em um governo não deveria assumir função no Supremo nesse mesmo governo; ter atuado como advogado da Transcooper, uma cooperativa usada pela facção criminosa PCC para lavagem de dinheiro e na defesa do conhecido e corrupto ex-deputado e ex-presidente da Câmara Eduardo Cunha por uso de documentos falsos; de, enquanto Ministro da Justiça, reunir-se com o juiz Sérgio Moro, responsável pela Operação Lava-Jato e, dias depois, antecipar ações da Polícia Federal contra integrantes do Partido dos Trabalhadores, seus adversários políticos. Posteriormente, com a morte de Teori Zavascki, foi nomeado Ministro do STF, ficando responsável pela revisão de julgamentos dos políticos investigados pela Lava Jato.

Mas, para entendermos a problemática da educação também precisamos considerar outras medidas, dentre elas, a Proposta de Emenda Constitucional – PEC 241/55 - 2016, que estabeleceu o congelamento dos gastos para os próximos 20 anos, tendo como base o Orçamento de 2016, apenas acrescido da inflação de cada ano.

Com um governo mergulhado e atolado em corrupção, representando exclusivamente o interesse das elites, Temer partiu para o ataque aos trabalhadores, com um discurso ilusionista:

[...] convenhamos, é muito desagradável imaginar que um governo seja [...], tão estupidificado, tão **idiota**, que chega ao poder para restringir direitos dos trabalhadores [...]. Nós queremos, por acaso, o mal do país? ... naturalmente teremos que ter sacrifícios, mas não vamos tirar direitos de ninguém. (PLANALTO, 2016).

O governo é tão “bem intencionado”, que desencadearam um ataque para “salvar o país”, os trabalhadores e seus direitos, não é mesmo!? Como se preocupam com nosso bem estar!? “Não vamos tirar direito de ninguém”... Claro que o discurso não poderia ser outro. Nem Temer, nem Eduardo Cunha, nem nove ministros e as centenas de políticos investigados por corrupção de seu governo admitem a corrupção. Por isso, há que se ler sempre ao contrário. Ademais, os direitos das raposas e das galinhas são muito diferentes.

Para impedir que a população e os trabalhadores compreendessem as implicações e consequências da PEC 241, se organizassem e resistissem, o governo e sua tropa de choque no congresso, que a depender das denúncias de corrupção, mais se parece com uma gangue do que com representantes dos interesses populares, fez tramitar com urgência e aprovar sem discussão.

Veja que, de uma só vez, o Procurador Geral da República solicitou a investigação de nada menos que 229 políticos. E são esses mesmos “ilibados” senhores, que deveriam estar atrás das grades, que estão fazendo as reformas porque dizem que estão preocupados em salvar o país, a educação, a

previdência, as aposentadorias e os empregos de milhões e milhões de trabalhadores brasileiros. É para rir ou chorar? É uma tragédia!

Nem mesmo as piores ditaduras do planeta ousaram congelar investimentos/salários por 20 anos. Nem os países com situação econômica catastrófica, como no caso da Espanha que já soma mais de 5 anos com taxa de desemprego superior a 20% e chegou a 27%, ou a Grécia, que está com 23,20%, mas já chegou a 28%, adotaram medida tão desastrosa, catastrófica e absurda como essa. A Zona do Euro que está com 10,10% de desemprego nunca propôs algo semelhante. Temer foi capaz de superar o próprio governo Fernando Henrique, de triste memória. Nunca antes um governo se atreveu atacar os trabalhadores com tanta fúria, desfaçatez, cinismo e descaramento como Michel Temer. Enterrar finalmente a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), criada em 1943 e o que resta da constituição de 1988, é a meta.

Para se ter uma noção do impacto e do retrocesso que essa emenda constitucional representa, basta ver alguns dados. Por exemplo, entre 2003 e 2014, o número de matrículas no Ensino Superior aumentou em cerca de 100%. Passou de 600 mil alunos, para mais de 1,2 milhões. O que, aliás, ainda está muito longe do necessário. Nesse período, foram criadas 214 escolas técnicas e 18 universidades e, muitas delas, no interior do país, fora dos grandes centros. Se o congelamento estivesse em vigor desde 2003, nada disso teria sido possível.

O congelamento por 20 anos, somado à terceirização e a reforma do Ensino Médio, significa o desmonte da escola pública, da universidade pública, o fim do Programa Ciência Sem Fronteira na modalidade graduação que de uma só vez eliminou 35 mil bolsistas, a redução dos recursos do Fies, o corte drástico dos investimentos em saúde, dos Programas Minha Casa Minha Vida e Luz Para Todos, além dos concursos públicos, atingindo a todos os trabalhadores, especialmente os mais carentes.

Trata-se de um congelamento unilateral e linear, que não discrimina áreas nem estabelece prioridades. Não importa se ocorrerá alguma catástrofe natural, um furacão, uma estiagem prolongada ou intempéries, se ocorrerá aumento na população ou alguma epidemia. “Será preciso rezar muito para que nada disso ocorra” e implorar aos deuses para que tenham piedade e clemência, pois, Temer congelou os gastos e não terá recursos para combater problemas...

Ora, se não há prioridades e se tudo está congelado, não carece nem mesmo de governo, nem de administrador,... qualquer débil mental, abestalhado ou psicopata pode governar, não é mesmo!?

É o arrocho salarial, o sucateamento das instituições públicas, a institucionalização da raiva, do ódio e da violência, a perseguição declarada e aberta aos servidores públicos, a entrega dos pobres, desempregados e desamparados à sua própria sorte. É o desmonte do Estado para fins sociais e o seu fortalecimento em autoritarismo e em poder repressivo. Trata-se de um intervencionismo às avessas, com a finalidade de acabar com o que ainda resta de “público”.

Com esse quadro, não demanda de nenhum vidente para saber que vão sobrar problemas na saúde e na educação, assim como repressão... Imaginem se fosse o PT que tivesse feito uma centésima parte disso!? O mundo viria literalmente abaixo. No entanto, não se vê uma única voz discordante e dissonante na imprensa, nem uma panela batendo... Ao contrário, o ataque ao funcionalismo, tem

provocando uma comemoração desavergonhada e a imprensa trata de acobertar e azeitar todos os “mal feitos” dos golpistas, aos quais se soma.

Alguém tem dúvida de que se trata de um ataque, e mais do que isso, de um ataque de classe? Alguém tem dúvida de que se estabeleceu um conluio entre políticos, empresários, a mídia e a justiça para atacar os trabalhadores? Não foi por acaso que foi desfechado desde o alto, por uma elite branca, rica e machista. Diferente do golpe contra Collor, que foi dado pela direita e a chave do cofre só mudou de mãos, mas permaneceu com a classe dominante, o ataque atual foi dado contra a classe trabalhadora.

Nem Macri na Argentina serve de comparativo e de equivalente quando se trata de verificar a agressividade e os ataques desfechados por Temer contra os trabalhadores.

Temer foi além. Enquanto os tarifas de Macri, que não são nenhum produto tipo exportação, nenhuma política de causar inveja a qualquer trabalhador, atingiram tanto os trabalhadores quanto os empresários, Temer quis “inovar” e ser “original”. Não esperou as eleições, nem mesmo passar o período de interinidade durante o processo de consumação do golpe travestido de “impeachment”, passou à ofensiva e tomar medidas como se efetivo fosse, ou se eleito tivesse sido.

Foi seletivo, atacou exclusivamente os trabalhadores e, dentre eles, principalmente, os servidores públicos, dada a capacidade de organização e mobilização, afinal, na iniciativa privada, os patrões já se encarregam de arrochar e impedir que os trabalhadores se unam, organizem, lutem e se defendam das agressões. Para justificar esse ataque, junto com os empresários e a mídia, tentou convencer a sociedade de que os trabalhadores e os servidores públicos são um estorvo, um problema a ser removido.

Para isso, foi necessário convencer a sociedade de que estávamos mergulhados numa profunda crise. A técnica utilizada foi a do medo, do terror, do pânico e da intimidação à moda dos totalitários.

Apresentando-se como os “salvadores e redentores”, diziam: estamos em crise, é preciso adotar “medidas amargas” e “impopulares” para “salvar o país”. Caso não forem adotadas e aprovadas, o governo não terá dinheiro para “honrar seus compromissos”, para garantir a educação, a saúde, pagar salários dos funcionários e aposentadorias futuras, enfim, “teremos o caos”.

Ou seja, para legitimar o(s) ataque(s) foi preciso produzir uma crise, apontar uma causa e apresentar uma solução.

- 1) A crise – “Os juros estão altos”, “a inflação está fora do controle”, os impostos são elevados, existe um grande número de desempregados ...;
- 2) A causa – “o Estado cresceu muito, é perdulário, inoperante e gasta muito”; o número de funcionários públicos é excessivo, são improdutivos, faz com que os Estados tenham que aumentar os juros subtraindo dinheiro da iniciativa privada e “não sobra dinheiro para investimentos”;
- 3) A solução – alguém pode adivinhar? Reduzir gastos públicos, enxugar o Estado, demitir funcionários, congelar salários, fazer reforma da educação, reforma trabalhista e reforma da previdência, terceirizar, aumentar a contribuição e a idade de aposentadoria, reduzir vagas nas universidades, cortar bolsas, acabar com a obrigatoriedade da educação básica, cortar

programas e direitos sociais, sucatear e não investir em instituições públicas, privatizar... Saia da frente!

Então, de um lado, intensificaram a campanha contra o aumento dos juros. Na divisão das tarefas, os empresários e políticos ficaram incumbidos de fazer a crítica e criar o impostômetro e, à imprensa, coube mostrar a crise e reverberar. De outro, atacaram o crescimento do Estado, o funcionalismo e os gastos públicos. A partir daí, congelaram os gastos e investimentos, junto com o desmonte dos programas sociais e dos direitos. E, para não aumentar os juros, que atingiria inclusive os empresários, transferiram toda a conta para os trabalhadores.

Mediante pretexto de representar o povo, um governo foi derrubado e outro açambarcou o seu lugar, empunhou o leme do Estado e passou a moldá-lo segundo os seus interesses, reprimindo e esmagando os trabalhadores. Trata-se de um governo do capital posto à serviço do capital. Veja que, dos 513 deputados federais, nada menos que 170 são empresários.

Isso deixa claro que, como afirma Marx, o “Estado não é mais do que um comitê para administrar os negócios coletivos de toda a burguesia” (MARX, K & ENGELS, F. 1999). Ou então, como diz Engels na *Introdução à Guerra Civil em França*: o Estado “não é mais do que uma máquina para a opressão de uma classe por outra (...)”.

Por isso, se os trabalhadores realmente quiserem construir uma nova humanidade não basta apenas transferir o velho aparato ideológico, bélico e militar da burguesia para as suas mãos (ORSO, 2007, p. 180).

Como diz Marx,

o proletariado não pode, como fizeram as classes dominantes e suas diversas frações em suas sucessivas horas de triunfo, simplesmente se contentar em apoderar-se do aparelho estatal existente e dirigi-lo como se apresenta para seus próprios fins. A primeira condição para a manutenção do poder político é transformar a máquina existente e destruir este instrumento de dominação de classe (BARSOTTI, P. 2002, p. 159).

Para além de toda a fumaça, retórica e demagogia, quem de fato estava em crise não era a sociedade, mas sim o grande capital. Senão vejamos. Quando o PT assumiu o governo e, ao invés de fazer um mandato voltado apenas para a classe dominante que sempre esteve no poder, dada sua origem do seio da classe trabalhadora, apesar de não fazer nenhuma opção de classe, de estar longe de fazer um governo revolucionário e de não realizar transformações profundas, fez um conjunto de reformas dentro do que era possível para um governo reformista e de coalisão, num parlamento fisiológico e corrupto.

Mesmo assim, possibilitou a criação de universidades, multiplicou vagas no ensino superior, destinou bolsas de estudo para alunos de graduação e de pós-graduação no país e no exterior, criou o PROUNI, Escolas Técnicas, o Bolsa Família e o Luz para Todos, multiplicou por mais de 4 vezes o salário mínimo, que com sua política de valorização, passou de R\$ 200,00 em 2002 e chegou a R\$ 945,80, em 2017, dentre muitas outras coisas.

Digamos que Lula, lendo as condições adversas para se fazer uma mudança radical, tendo em vista o contexto geral da América latina e do mundo, traçou como meta para seu governo, garantir no

mínimo três refeições para todas as pessoas. Isto significava, garantir alimentação, saúde, moradia, condições básicas e fundamentais para sobreviver.

Então, quando falam que o Estado cresceu muito, que no país tem muitos impostos e que a mão de obra é muito cara e desestimula investimentos; quando falam que é preciso enxugar o Estado, reduzir custos e tornar o mercado mais atrativo para (o capital) que as empresas voltem a investir e gerar empregos, traduzindo, significa que vão atacar os trabalhadores, precarizar as condições de trabalho e acabar com seus direitos.

Como não poderia ser diferente, as justificativas alegadas para realizar todas as reformas são de que, em última instância, estão preocupados com os empregos, com a previdência, com a saúde, com a educação, enfim, com os trabalhadores. Não é de estranhar, porém, tamanha preocupação dos empresários e de um governo composto por homens ricos, brancos, corruptos, machistas e racistas?

Parece brincadeira! Não nos enganemos. Nenhuma reforma proposta por essa linhagem, tem em vista a preocupação com os trabalhadores, a não ser, para pagarem a conta. Além de se locupletarem com o suor do trabalho alheio, o que ambicionam é aumentar a extorsão.

Quem estava em crise era o capital, que, com o “crescimento do Estado”, acabou perdendo um pouco do espaço, ficando estrangulado e sem poder ocupar uma fatia maior do mercado “ocupado pelo Estado”. Com isso, como dizem, “o mercado ficou nervoso”. Diante disso, o capital / as elites, o que dá no mesmo, resolveram atacar os trabalhadores e, em especial, o funcionalismo para restabelecer “a ordem e o progresso”, ou seja, para empurrar de volta os trabalhadores para o seu estrito quadrado. É essa a forma do capital e das elites resolverem sua crise – criar e espalhar conflitos para depois se apresentar como salvadores, mas transferindo a conta para os trabalhadores.

Como disse o deputado Nelson Marquezelli (PTB-SP), traduzindo e expressando os interesses do novo e carcomido governo, “Quem não tem dinheiro não faz faculdade” (CONGRESSO EM FOCO, 2016). Simples assim, ponto final. No bom português significa que, quem não tem dinheiro não só não vai à faculdade e não estuda, mas também não vai ao médico, não compra remédios, não compra casa, não compra comida, não compra roupas..., vai ter que roubar para viver. Aí, vem a polícia e baixa a repressão. E, como vai faltar educação, saúde e assistência social, ... também vão faltar cadeias.

Como tem ocorrido na Argentina, no Brasil, o governo golpista quer empurrar as mais de 30 milhões de pessoas que acenderam à chamada “classe média” de volta para a “classe baixa” e as que, ao menos passaram a ter direito a um prato de comida, como era o projeto do Lula, devolvê-las à miséria absoluta ou exterminá-las.

O próprio Banco Mundial afirmou que somente até o final de 2017, “3,6 milhões de brasileiros podem voltar a viver abaixo da linha da pobreza”. (UOL, 2017). Isto não é nada fortuito e acidental. Faz parte da estratégia dos golpistas de aumentar o exército de reserva para fazer pressão sobre os salários para rebaixá-los e garantir mão de obra barata e precária nos domicílios e nas empresas.

Tendo presente esse panorama, voltamos à educação e à Reforma do Ensino Médio, feita por meio Medida Provisória (MP 746/2016).

Apesar de, no lançamento da Reforma, Temer afirmar que não haverá falta de recursos para a educação, isso se constitui numa grande falácia. De acordo com a Conof (Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira) da própria Câmara dos Deputados, com a aprovação da PEC 241/2016 (PL 55) devem deixar de ser investidos anualmente nada menos que R\$ 24 bilhões na educação. Isso corresponde à diferença entre o mínimo de 18% que a constituição estabelece como obrigatório para União investir e os gastos previstos para 2017 acrescidos da inflação do ano anterior. Somando-se as perdas acumuladas nos próximos 20 anos, a educação terá um prejuízo de aproximadamente 480 bilhões de reais. Só no final de março de 2017, com o chamado “ajuste fiscal”, de uma só vez, o governo Temer cortou R\$ 9,4 bilhões da educação, reduziu o número de vagas no Pronatec e eliminou o Ciência Sem Fronteira (modalidade graduação).

Segundo o próprio governo, ou seja, não é nenhum crítico dos golpistas que está falando, quando comparado com 2016, em 2017, as universidades devem sofrer corte de até 45% dos recursos previstos para investimentos e 18% para custeio. De acordo com cálculos de reitores das universidades federais, quando comparados com os R\$ 900 milhões previstos para o setor em 2016, teremos um corte de aproximadamente R\$ 350 milhões só em investimentos nas 63 federais. (VIEIRA, 2016).

Destaque-se que, mesmo com esse montante, as universidades já passam por uma grave crise financeira, sendo forçadas a cancelar programas e contratos, deixar de pagar contas. Vejam que em 2016, as IES deveriam distribuir 50% das vagas para alunos pobres, pretos e pardos. Então, com os cortes feitos nos próximos anos, quem vai pagar a conta, quem vai “pagar o pato”, quem vai ficar de fora das universidades?

O próprio ministro Mendonça Filho afirmou que o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), o Programa Universidade para Todos (ProUni) e o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) “não devem abrir novas vagas em 2016”. Só em 2015, apesar da crise, este programa garantiu a matrícula a 2 milhões de estudantes em instituições privadas.

Todavia, devido à pressão dos donos das instituições privadas, que em sua maioria apoiaram o ataque, o governo voltou atrás. Em 2015, o orçamento para o Fies era de R\$ 15 bilhões. Enquanto que o orçamento de custeio básico para todas as universidades federais do país, em 2014, foi de R\$ 2,4 bilhões. Estes dados não deixam dúvida de que o ensino público, que já não era prioridade máxima do governo anterior, com o golpista, será muito menos. Assim, com essa “política de amigos”, o governo evita uma nova quebradeira do setor como ocorreu nos anos do governo FHC.

Além disso, dia 14 de outubro de 2016, por meio da Portaria Normativa nº 20/2016, Mendonça Filho, determinou a redução de vagas nos cursos de graduação das Instituições Federais de Ensino de todo o país. No caso da Universidade Aberta do Brasil, voltada para a formação de professores, o ministro já havia determinado a redução de 78% das vagas para 2017. Também determinou não só a não abertura de novas bolsas produtividade, mas a redução de 20% a 30% das bolsas existentes (ALBUQUERQUE, 2016), comprometendo a já deficitária pesquisa realizada no país.

Aí, como porta voz do conservadorismo e do atraso, defensor da iniciativa privada e das elites, vem o jornal *O Globo*, com um editorial intitulado: “Crise força o fim do injusto ensino superior gratuito”.

Depois de falar que o país possui uma das mais altas taxas tributária dentre os países em desenvolvimento, sem dizer que são os pobres que pagam impostos e que está alto porque são os ricos que mais sonégam, diz que

Para combater uma crise nunca vista, necessita-se de ideias nunca aplicadas. Neste sentido, porque não aproveitar para acabar com o ensino superior gratuito, também um mecanismo de injustiça social. Paga quem puder [...]. Funciona assim, e bem, no ensino privado. (O GLOBO, 24.07.16).

Então, se o ensino superior é injusto, ao invés de acabar com a sua gratuidade, porque não proibir todos os ricos filhos de empresários, burocratas e políticos, de entrarem nas universidades públicas e reservá-las somente para os trabalhadores? Vamos acabar com a injustiça? Estamos de acordo?

A questão é que não quer resolver a questão, ou melhor, o governo Temer quer resolver de acordo com o espírito privatista da fração burguesa que açambarcou o poder num golpe travestido de impeachment. Depois de ficar engavetado por 13 anos, durante os governos do PT, o Ministério da Educação Mendonça Filho, atendendo aos lobbies dos empresários da educação, resgatou o projeto já defendido durante o governo de FHC que previa a cobrança de mensalidades nas Universidades Públicas.

Em audiência com dirigentes do Proifes-Federação, no dia 16 de fevereiro de 2017, a secretária executiva do ministério da Educação (MEC), professora Maria Helena Guimarães de Castro, que presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais do MEC, entre 1995 e 2002, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso e também exerceu o cargo de Secretária de Educação no governo do PSDB em São Paulo, defendeu veementemente a cobrança de mensalidades nas universidades e institutos federais.

Eu sou de universidade, defendo a educação pública, mas acho que temos de olhar para a situação real. Não podemos criar situações incompatíveis com o mundo que estamos vivendo, de queda de receita, de mudança no paradigma da economia do país. Nós só aumentamos em folha de pagamento. (PROIFES, 2017).

E continuou: “Aliás, nem sei ainda que países têm universidades públicas plenamente gratuitas para todos, independente da situação sócio-econômica. O Brasil não pode ficar fora do mundo real”. E contrapondo-se aos que defendem a gratuidade da graduação e da pós-graduação pública e a cobrança de mensalidades, a secretária afirmou: “Ah, mas vai ser. Sinto muito, mas vamos (cobrar mensalidades)”. Para enfrentar as resistências, destacou: “E quando a maior universidade pública do país começar a cobrar, as outras vão cobrar, porque você quebra uma barreira”.

Tudo isso, reforça a tese de que as reformas na educação proposta pelo governo golpista, não tem em vista resolver as deficiências históricas da educação, mas sim resolver o problema da crise do capital.

Para piorar a situação da educação, saúde e infraestrutura, como se criou uma profunda crise para poder justificar o ataque, agora ela existe de fato, e nos encontramos num dos piores momentos em termos de investimentos nessas áreas nos últimos anos. Isso significa que a entrada em vigor da PEC 241, vai congelar o que já está muito ruim.

Em âmbito federal, no caso da ciência, o orçamento de 2013, já descontada a inflação, foi de R\$ 7,9 bilhões, e em 2016, de R\$ 4,6 bilhões. Isso significa uma perda de 40%. Para 2017, a previsão é de que fique em R\$ 5,9 bilhões. Ou seja, um verdadeiro retrocesso.

Some-se a essas perdas em investimentos o fato de que o governo Temer já privatizou alguns poços de petróleo e irá privatizar ainda outros, provocando uma redução ainda mais significativa dos recursos para saúde e educação, pois, o governo Dilma aprovou a destinação de 25% dos recursos do Pré-Sal para a saúde e 75% para a educação.

Além disso, Temer e seu ex-ministro de Relações Exteriores, também aprovaram o fim da obrigatoriedade da Petrobrás participar como sócia com no mínimo 30% em todos os campos de exploração do Pré-Sal. Trata-se de um projeto apresentado pelo então senador José Serra (PSDB), que virou ministro de Temer que, desde 2002, já havia se comprometido com as petroleiras estadunidenses de quebrar o monopólio da Petrobrás. Se a medida desagrada e prejudica o povo, a saúde e a educação brasileira, certamente não ocorre o mesmo com as megas empresas petrolíferas. Todavia, à despeito de todos esses prejuízos para a educação e para a sociedade, durante a sanção da MP do Ensino Médio, no dia 16 de fevereiro de 2017, Temer afirmou: “Este é o rumo que o Brasil precisa...”.

Enquanto os empresários sonogam mais de 453 bilhões de reais e o judiciário tem um aumento de mais de 70% em meio à dita “crise”, os ataques aos educadores aumentam e a educação e saúde sofrerão perdas de mais de um trilhão de reais.

De acordo com notícias veiculadas pela internet, o próprio ministro Mendonça Filho teria afirmado que é necessário “enxugamento” de supostas regalias dos professores. “Eles têm férias de 45 dias, aposentadoria especial, descanso pedagógico, piso nacional e até lanche grátis”. “Que outro trabalhador possui tantas regalias? É preciso enxugar tudo isso ou o país continuará quebrado”. (MÍDIA POPULAR, 2017).

Ao invés dos políticos e empresários corruptos que se locupletam no estado e sonogam impostos, a educação é que foi transformada na grande vilã do momento, a responsável pelo caos do país. No entanto, quando verificamos o tamanho da corrupção e que os benefícios de apenas um parlamentar equivalem ao salário de 344 professores, parece que não são os salários e as condições de trabalho dos profissionais da educação os responsáveis pela crise, não é mesmo?

Como vimos, do ponto de vista econômico, a PEC 241, por si só, já acarretará fortes prejuízos à educação e a Reforma do Ensino Médio (MP 746/2016) piorará ainda mais na medida em que estabelece uma série de mudanças, dentre elas a elevação da carga horária de aula, sem recursos para contratação de professores, investimentos em infraestrutura e formação profissional.

Portanto, mantidas as atuais condições, ampliar carga horária de cursos e “melhorar a qualidade”, sem recursos, não significa outra coisa senão mais cobrança e responsabilidade para os professores e escolas. Ou estamos enganados? Mas, como não poderia deixar de dizer, Temer falou para ninguém ficar preocupado, pois: “Não faltará recursos para a educação”. E Mendonça Filho cinicamente enfatizou: tudo será feito com muita discussão e participação da comunidade; com auxílio de técnicos de alto gabarito nacional e até mesmo internacional.

Dá para acredita nisso? Onde entra a discussão, se a reforma foi feita via MP e os professores nem se quer foram ouvidos? Por acaso os intelectuais cubanos também foram chamados para assessorá-los, uma vez que tem a melhor educação e saúde do mundo?

Mendonça Filho afirma:

Estou certo de que a reforma do ensino médio reúne os pressupostos constitucionais para figurar numa medida provisória: urgência e relevância. Qualquer matéria relacionada à área educacional é relevante. E a urgência da reforma está estampada no desempenho precário dos alunos.

A grande maioria anseia pelo respeito à autonomia dos jovens, currículo menos exaustivos e mais espaço para que o estudante defina sua trilha de formação a partir da sua vocação e da sua vontade pessoal. Esse é o debate. (SOUZA, 2016).

Assim, o governo acabou por tramitar rapidamente a MP e, ao contrário do que afirmava, não abriu para nenhuma discussão e debate.

Se o Ensino Médio já não era nenhum modelo para o mundo, a situação só tende a se agravar. Mistura tecnicismo, escolanovismo, educação tradicional, positivismo e transforma tudo no pior ecletismo e pragmatismo, ao sabor melhor estilo golpista.

Se no plano econômico, a educação sofre um duro golpe, no plano pedagógico não é diferente. Piorar a educação e promover um verdadeiro desmonte da escola pública, patrocinar a ignorância é a meta dos reformadores. Todavia, se formos ensinar somente Língua Portuguesa, Matemática e Ciências, é provável que os índices do Enem melhorem. Para o atual governo, isso é que é sinônimo de melhoria da educação, numa completa formação e submissão, senão adestramento para o mercado.

É o fim até mesmo de um mínimo de acesso aos conhecimentos gerais e de uma ínfima unidade na formação. Somente uma pequena parte dela será comum. Todavia, ao contrário do propagandeado ou das ilusões difundidas pelo governo, o aluno não terá liberdade de escolha do curso que gostaria de fazer, mas sim, terá que “optar”, ou melhor, acatar e submeter aquilo que a escola oferece.

Além do aumento da carga horária, para algumas escolas³, também estabelece uma Base comum – de até 1200 horas, restando 200 horas para formação específica (línguas, matemáticas, ciências da natureza, ciências humanas e formação profissional). Com essa medida, a formação humana retroagiu a mais de 80 anos, quando foi criada a USP, que priorizava a formação humana (ainda que liberal), a escola “sem” partido à época⁴.

Como a escola terá uma base comum e depois cada uma delas oferecerá as ênfases nas áreas específicas, fica a cargo de cada uma delas definir quais ênfases irão ofertar. Não oferecerão todas, é claro. Então, caberá aos alunos se submeterem à(s) que a escola oferecer. Só Matemática, Língua Portuguesa e inglês serão obrigatórias nos 3 anos do Ensino Médio. 60% do restante currículo deverá ser definido pela BNCC (Base Nacional Comum Curricular), que ainda será definida, contendo as disciplinas educação física, artes, sociologia e filosofia. Os outros 40% serão reservados aos chamados *itinerários formativos*, em que, supostamente, o aluno poderá “escolher” qual área do conhecimento pretende estudar: línguas, matemática, ciências da natureza, ciências humanas e formação técnica e profissional. Música, nem se quer foi mencionada na nova proposta. Acaba a obrigatoriedade da língua espanhola. Arte e Educação Física ficam obrigatórias somente na Educação Infantil e no Ensino Fundamental. A formação de professores,

que antes era exigido que se cursasse nas universidades e institutos superiores de educação, agora pode ser realizada em qualquer faculdade.

O ensino médio passa a funcionar como no ensino superior, em sistema de crédito, ou modular. Não há mais obrigatoriedade de iniciar e concluir o curso. Além do mais, se oferecer uma ênfase em determinado conteúdo, poderá ser aproveitado no ensino superior. Muda o acesso ao Enem e ao Ensino Superior, que agora terá que se ater à BNCC, com sua formação restrita. De um lado, habilita-se a figura dos profissionais com “notório saber” e, de outro, desmonta-se toda a formação científica. Ou seja, institui-se o “vale tudo”, agora qualquer um pode dar aula, contanto que possua “notório saber”.

Como dissemos, da forma como foi proposta a Reforma do Ensino Médio e no contexto em que foi feita, fica claro que ao professor não cabe dar palpites, que não deve se meter e, muito menos, discutir, debater, propor alguma coisa, afinal, como o governo entende, faz parte do problema e não da solução. Participação e discussão são palavras que os golpistas abominam, apagaram e deletaram de seu dicionário.

Assim, somadas e articuladas, as medidas representam não uma regressão à Educação Tradicional, pois, ela valorizava os professores, os conteúdos e a escola; nem à escola nova, que valorizava o papel ativo dos alunos. Voltamos a um tecnicismo piorado, pois, apesar de representar um verdadeiro desmonte da escola, ao menos defendia a neutralidade científica. Agora, ao contrário, a despeito de supostamente valorizar a ciência, ataca as ciências humanas e partidariza a educação.

Para disfarçar o golpe, o Ministério da Educação tem promovido uma intensa campanha midiática para justificar a Reforma. Todavia, ao afirmar que agora os estudantes serão livres e poderão escolher o que querem estudar, o curso ou formação querem ter, sutilmente, dá a entender que, como era anteriormente, em que os alunos tinham acesso a um conjunto de conhecimentos gerais em todas as áreas, era autoritário.

Por um lado, a suposta liberdade apregoada pelo Ministério, além de precarizar, empobrece ainda mais a já depauperada educação. Por outro, a suposta “liberdade de escolha” não passa de uma “verdadeira mentira”. Todos são livres e podem fazer escolhas, sim, contanto que acatem e defendam o que o governo quer; todos os alunos poderão fazer escolhas, sim, contanto que “escolham”, isto é, submetam-se a aquilo que a escola oferece. Trata-se, portanto, de uma MP do retrocesso, enganosa, “do fim do mundo”.

Mas, as escolas que foram ocupadas pelos alunos, demonstraram que “a história não é linear”. Tendo derrubado a presidente e atacados os trabalhadores, os golpistas acreditavam que ninguém poderia resistir às suas investidas. No entanto, avançaram o sinal e provocaram uma reação contrária por parte de quem menos esperavam, dos alunos, aos quais se somaram muitas escolas, universidades e núcleos de educação, que foram ocupados por estudantes, trabalhadores, professores, sindicatos e movimentos sociais populares.

Em contrapartida, o MEC, por meio do Ofício-Circular nº 27/2016/GAB/SETEC/SETEC-MEC, de 19 de outubro de 2016, passou a criminalizar e reprimir os estudantes e as instituições ocupadas. Determinou prazo de 5 dias para os dirigentes das instituições se manifestem formalmente “acerca da

existência de eventual ocupação dos espaços físicos das instituições [...], procedendo, se for o caso, a respectiva identificação dos ocupantes”.

Se não bastasse isso, o juiz Alex Costa de Oliveira, num ato autoritário, inconstitucional, arbitrário e unilateral, autorizou até mesmo o uso de técnicas de tortura, semelhantes às adotadas pelo exército estadunidense contra os prisioneiros de guerra no Iraque, para forçar a desocupação das escolas por estudantes. O cúmulo é que a medida é assinada por um juiz da Vara da Infância e Juventude do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT), que supostamente deveria fazer justiça, defender as condições de educação e primar pelo respeito à infância.

No entanto, determina:

Autorizo expressamente que a Polícia Militar (PM) utilize meio de restrição à habitabilidade do imóvel, tal como, suspenda o corte do fornecimento de água; energia e gás (...) restrinja o acesso de terceiro, em especial parentes e conhecidos dos ocupantes (GOMES, 2016).

Além disso, autoriza que a polícia use “instrumentos sonoros contínuos, direcionados ao local da ocupação, para impedir o período de sono”. E ressalta que tais medidas ficam mantidas, “independentemente da presença de menores no local” e solicita a identificação dos ocupantes do local.

Então, se diante de uma medida que patrocina a ignorância e o atraso, os alunos estavam mobilizados para garantir um mínimo de qualidade da educação e evitar mais retrocesso, e um juiz, que supostamente deveria zelar e proteger os menores, faz o contrário, e determina até mesmo o uso de técnicas de tortura para evitar resistências às reformas anacrônicas, perguntamos: Será a justiça neutra? Do lado de quem ela estará? Com quem se pode contar para defender a infância e a educação?

Todavia, a repressão também se faz sentir mesmo sem ordem judicial, não, porém, é claro, sem o conhecimento e consentimento de autoridades superiores à qual a polícia está subordinada. Tanto é que as autoridades e a mídia silenciam, não divulgam nada, nem expedem qualquer explicação ou posicionamento acerca de tais atos.

Em muitos lugares a polícia tem agido, inclusive, “por conta própria”, sem autorização judicial, fazendo ela mesma a vez da justiça e se encarregado de forçar a desocupação de escolas e universidades. Se não bastasse tamanha arbitrariedade, também invadiu, sem autorização judicial, a escola de formação dos Sem Terra, a Escola Nacional Florestan Fernandes, símbolo da luta pela terra e resistência contra repressão, em defesa dos direitos.

No Rio de Janeiro, o reitor da UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro – Roberto Leher, chegou a ser intimado a depor para “esclarecer” a campanha “Em defesa da democracia” promovida pela universidade. E, como solicitou a alteração da data para depor em função de que na data estipulada já estava marcada a reunião do Conselho Universitário, sofreu ameaça de ser levado ao Ministério Público de forma coercitiva.

Se de um lado, o governo e a polícia intimidam, criminalizam e fazem ouvidos moucos aos movimentos estudantis, professores e movimentos populares que resistem às medidas recessivas, coercitivas e repressivas, como num estado de exceção, de outro, não só ouve e apoia, como é conivente

com os movimentos pró-impeachment como Movimento Brasil Livre (MBL), Vem Para a Rua (VPR), Revoltados On line e os empresários bilionários, as fundações e institutos que estabelecem a pauta e assessoram a reforma educacional, como Fundação Itaú, presidida por Alfredo Egydio Setubal; Instituto Unibanco, presidido por Pedro Moreira Salles (9º mais rico do país e do conselho curador do Itaú); Fundação Lemann, de Jorge Paulo Lemann (mais rico do Brasil e 19º do mundo); Instituto Inspirare, presidido por Bernardo Gradín (47º mais rico do país); Todos pela Educação, presidido por Jorge Gerdau Johannpeter (já foi o 48º mais rico do país); Instituto Natura, fundado por Antônio Luiz Seabra; Instituto de Co-Responsabilidade pela Educação, presidido por Marcos Magalhães, amigo pessoal do ministro da educação. Muitos dos quais, são acusados de lavagem de dinheiro, corrupção e de possuir contas em paraísos fiscais. E, por incrível que pareça, diferentes dos estudantes e professores que resistem ao retrocesso e são criminalizados, estes não são vistos como partidários. Ao contrário, são considerados como os grandes interessados “na educação e do país”.

Na Paraíba, em mais uma medida para retirar o poder dos professores e das escolas, a Desembargadora Maria das Graças deferiu ação que declara inconstitucional a eleição de diretores e vice-diretores escolares no Estado e no Município de João Pessoa. Garante a prerrogativa dos chefes do executivo, isto é, a prefeitos e governadores, de indicar e aposentar qualquer pessoa que ocupe cargo comissionado, mantendo a prerrogativa de nomear pessoas de sua exclusiva confiança, num clientelismo e subserviência política, manipulando e inibindo qualquer possibilidade de resistência, liberdade, autonomia e independência das escolas. A ação, além de cancelar todas as eleições que estavam previstas, também determinou o fim do mandato dos então diretores em 31 de dezembro de 2016 e a indicação de novos diretores no início de 2017.

No caso do Paraná, a intimidação e a repressão aos alunos, professores e sindicatos que tentavam resistir ao desmonte da escola pública têm sido intensiva e extensiva. Primeiro, o governo procurou deslocar o foco das mobilizações dos alunos e professores. Ao invés de dizer que as mobilizações, greves e lutas eram contra a PEC 241, contra a MP 746 e contra a negativa do governo de pagar a reposição salarial que havia se comprometido com o funcionalismo desde a greve de 2013, com o amparo da mídia, tem feito uma intensa e inescrupulosa campanha publicitária, à qual se somaram os sindicatos patronais, para deslocar as lutas como se ela se limitasse apenas a questão salarial, quando na verdade, ainda que realmente seja um problema, ele se constitui num problema “menor” diante do que significam a PEC, a MP e os demais ataques desfechados pelo governo Beto Richa. Todavia, desse modo, utilizando a máquina e o dinheiro público dos paranaenses, promoveu uma campanha intensa e aberta para colocar a sociedade contra os professores.

Se não bastasse o massacre promovido contra os professores em Curitiba, em 2013, que resultou no ferimento de centenas de docentes, em 2016, para desmobilizar tanto professores como alunos, além do governo negar a reposição salarial, para não ter que tomar medidas para desocupar as escolas ocupadas pelos alunos, o que lhe poderia render graves problemas e um grande desgaste político devido ao fato das escolas serem ocupadas por alunos de menor idade, numa ardilosa jogada política, faz um semi ou pseudo acordo com os sindicatos para fazer com que os professores voltassem ao trabalho.

Com isso, acabou transferindo o seu problema, para os professores e alunos, colocando-os em confronto entre si. Desse modo, deslocou o seu problema, isentou-se de responsabilidade com as desocupações das escolas, determinou o desconto dos dias parados e até a demissão de professores, bem como, o corte de milhares de postos de trabalho e duas horas atividades. Na prática, isso representou a redução de aproximadamente 8 mil professores, o arrocho e a intensificação do trabalho.

O absurdo chegou a tal ponto que penalizou e proibiu até mesmo os próprios professores que tiveram licença para se qualificarem no mestrado, doutorado e no PDE, que é um programa de formação do governo do estado, e docentes que realizaram cirurgias ou tiraram licença maternidade, de assumirem aulas extraordinárias.

Temer, por sua vez, num evento com empresários, ao criticar as ocupações de escolas por alunos, ao invés de discutir as medidas com os alunos e professores, ridicularizou o movimento dizendo que (os alunos) não sabiam nem o que era PEC. E emendou:

Nós precisamos aprender no país a respeitar as instituições, e o que menos se faz hoje é respeitar as instituições. Isso cria problemas e o direito existe exatamente para regular as relações sociais. Hoje, ao invés do argumento intelectual e verbal, usa-se o argumento físico. Vai e ocupa não sei o quê e bota pneu velho em estrada para impedir trânsito. (PRAGMATISMO, 2016).

Até parece que estava falando de si próprio, que derrubou uma presidente legitimamente eleita, sem ter nenhuma acusação de corrupção, sem ter cometido crime de responsabilidade e impôs um pacote de reformas obrigando os trabalhadores a reagirem para evitar maior retrocesso.

Sua crítica, ancorada em uma visão positivista, supõe que a sociedade se submeta e acate incondicionalmente às suas ordens, sem nenhuma hesitação e reação às suas reformas, como se realmente tivesse uma “conduta ilibada” e uma moral respeitável para fazê-las e se de fato estivesse preocupado em resolver os problemas do país.

Sob a alegação de que a reforma do ensino médio vinha sendo discutida “há séculos”, o governo simplesmente resolveu abortar o processo e fazê-la de forma autocrática, por decreto, flexibilizou o currículo, acabou com a obrigatoriedade de disciplinas e conteúdos e eliminou a necessidade do diploma de licenciatura para ser professor.

Numa demonstração de conivência, senão de conluio entre governo e STF, como se fosse a pedido daquele, para evitar ou pelo menos inibir possíveis resistências dos trabalhadores/servidores públicos contra os ataques a seus direitos, o STF determinou que o governo desconte os dias de greve.

De acordo com a determinação judicial, somente quando o trabalhador não receber o salário é que tem o direito de fazer greve sem ter descontos em seu salário.

Na educação, a flexibilização do currículo, a possibilidade de contratação de professores com “notório saber”, isto é, com ausência ou com precários conhecimentos didáticos e pedagógicos, aliados à “lei da mordaca”, impostas pelo governo, acaba com qualquer possibilidade de oportunizar até mesmo um mínimo de formação humana e, muito menos, de proporcionar uma formação omnilateral.

Além disso, a famigerada e suposta flexibilização do currículo também acaba com a possibilidade de universalização dos conhecimentos científicos historicamente acumulados. Mas, não nos

iludamos. A preocupação do governo é exatamente essa. Acabar com a possibilidade de oferta/acesso dos conhecimentos filosóficos, históricos, sociológicos, artísticos, que numa palavra, denominam de conhecimentos políticos e ideológicos.

Sua preocupação, como representante das elites e da classe dominante é reforçar apenas o ensino técnico e as disciplinas que contam na avaliação nos rankings internacionais. Diante disso, a suposta “liberdade de escolha” dos alunos, como vimos, não só não passa de uma peça de ficção, de marketing e de ilusionismo, como representa uma verdadeira degradação, uma regressão e pobreza intelectual, próprio de governos golpistas, corruptos e atrasados.

Trata-se de uma forma de apagar a memória e o mínimo de possibilidade e de capacidade crítica, de impedir que as pessoas pensem, entendam, reajam e lutem diante de todos os ataques, de acordo com o “novo” espírito positivista da “ordem e progresso” – uma nova forma de viabilizar a escola “sem” partido e a “lei da mordaza”, adequadas ao mercado.

Quanto às escolas particulares, em princípio, não são obrigadas a aderir à reforma. E se aumentarem a carga horária, também irão aumentar as mensalidades, que já estão altas. Quem poderá pagar? A tendência é que os alunos retornem para o ensino público. Exigindo mais escolas, mais investimentos, mais professores, mais gastos públicos... Mas, com cortes de pessoal, com gastos congelados, vai sobrar para os professores fazerem milagres, trabalharem mais, “ensinarem melhor”, aumentarem o número de alunos por turmas, sem aumentar gastos, é claro. Isto não significa outra coisa senão a piora e mais precarização nas condições de trabalho. Aí terão que enfrentar o SUS que também está em piores condições e com os gastos congelados. Isto se não for extinto.

Mas, apesar da adesão das escolas particulares não ser obrigatória, uma vez definida a BNCC, elas serão forçadas a se enquadrar no mesmo sistema, uma vez que a forma de Ascensão ao ensino superior elimina qualquer liberdade e terão que se submeter às exigências.

Com isso, a Reforma não atingirá só o Ensino Médio. Indiretamente, também forçará a reestruturação e formatação do Ensino Superior e também das duas primeiras etapas da Educação básica, a educação infantil (para crianças com até cinco anos) e o ensino fundamental (para alunos de seis a 14 anos). Ou seja, a MP provocará uma mudança em toda a educação. Aliás, no próprio enunciado da MP 746, já dizia, sem qualquer discussão, que alterava a LDB 9394/96. Com isso, provoca o desmonte total da educação, sobretudo da Escola e da Universidade públicas.

Mas, como fizeram a Reforma do Ensino Médio, sem discutir, consultar e ouvir os envolvidos, não custa perguntar: Será que também formarão os professores para atuar nessa nova modalidade de ensino por meio de MP?

Veja que, no intuito desse governo, supostamente, combater um currículo que considerava “autoritário” por garantir que todos os alunos tivessem acesso a todos os conhecimentos científicos, contraditoriamente, consideram como progressista outro que flexibiliza o currículo sob a justificativa de que “oferece aos jovens a possibilidade de escolha das disciplinas que querem cursar” e o fazem de forma autoritária, sem discussão, por meio de Medida Provisória. Ora, se é o aluno que deve escolher o que

fazer, então não necessita de professor, não é mesmo? Será esse o objetivo, acabar com a escola e o professor?

Isso significa “estabelecer uma ponte para o futuro” ou para trás, para a ignorância? No momento em que necessitaríamos de mais e melhores escolas, de conhecimento mais elaborado, o governo anda exatamente na contramão e impõe uma reforma anacrônica e atrasada.

E quando ao invés de pesquisar e de ensinar, os trabalhadores são obrigados a ter que parar as atividades, ir para as ruas e fazer greve para tentar “salvar” aquilo que já não se encontra bem, para tentar evitar um desastre e um retrocesso ainda maior e ainda são reprimidos e perseguidos por isso, é porque as coisas realmente andam muito mal.

De um lado, propõe-se uma “Reforma do Ensino Médio”, uma “reforma intestinal”, que não considera nem a cabeça nem os pés, isto é, não pensa a educação no seu conjunto e, muito menos, na sociedade em que está envolvida. Produzida por meia dúzia de cérebros que se julgam “iluminados”, ou se quiser, degenerados, sem qualquer discussão com os docentes e com a sociedade, fazem uma reforma desarticulada do Ensino Superior, onde são formados os professores que atuam no Ensino Médio e desvinculada do Ensino Fundamental, de onde provem os alunos que adentram neste nível de escolarização.

Então, que esperar desses “cérebros”, senão uma reforma que se soma a outras tramas políticas e ideológicas no intuito de enganar, golpear e alienar ainda mais os trabalhadores. Alertava Temer: “... Na educação estamos dando os primeiros passos...”. Rumo a que?? Em que direção?? Esperar mais o que?? O precipício também é uma direção.

Não resta dúvida de que pela reforma também se expressa o caráter de classes. Aliás, por todas essas medidas o governo deixa cada vez mais claro que, para ele, existem apenas duas classes, a classe trabalhadora e a classe dominante, os capitalistas. Todavia, os trabalhadores parecem ainda não ter percebido e se dado conta disso e seguem divididos, competindo e travando batalhas fratricidas, não marchando e agindo unidos enquanto classe. Consequentemente, os ataques têm sido desfechados sem clemência. E não têm sido os trabalhadores os que têm se saído vitoriosos nessa luta.

Como dissemos, trata-se de uma reforma que patrocina a ignorância e avança rumo ao retrocesso. Não retorna se quer ao melhor ensino positivista, que estava preocupado com o desenvolvimento da ciência e com “a neutralidade científica”. Ao contrário, retroage ao pior espírito positivista, carregado de ideologia, preocupado apenas em retroalimentar a alienação, a ignorância e a manutenção dos privilégios das elites corruptas e atrasadas.

Afinal, com um grande ataque, com a derrubada de um governo e a assunção de outro, com uma sucessão de “pequenos” ataques nunca antes impetrados na história do país, a burguesia deixou explícito e evidente sua preocupação de apagar o passado e construir um mundo à sua imagem e semelhança.

Em suma, se dizem que querem salvar o país, é porque querem botar a mão na chave do cofre; se dizem que estão preocupadas em “tirar o país do vermelho”, é porque, tanto quanto as raposas, estão interessadas em cuidar do galinheiro; se dizem que o Estado cresceu, que querem atrair investimentos, é

porque querem atacar o funcionalismo, acabar com os direitos sociais, arrochar salários, terceirizar e precarizar ainda mais o trabalho; se dizem que educação, saúde e assistência social não serão atingidos, é porque querem transferir tudo para a iniciativa privada; se dizem que vão combater a corrupção, é porque vão tomar todas as medidas para impedir suas investigações e escondê-la; se quem nunca defendeu a escola e a saúde públicas e sempre defendeu a privatização, disser que quer melhorá-las, cuidado, querem dizer que não são para todos, que quem trabalha não precisa estudar, nem pensar e quem necessitar dos serviços de saúde que pague por eles. Agora, se disserem que vão cortar na carne, saiam da frente, porque de fato vão fazer os trabalhadores sangrar sem piedade.

Referências bibliográficas

- ALBUQUERQUE, D. M. **Bolsas de produtividade em pesquisa ameaçadas**. Disponível em: <<https://blogdodijaci.blogspot.com.br/2016/10/bolsas-de-produtividade-em-pesquisa.html>>. Com acesso em 24.07.16.
- BARSOTTI, P. **Marx, um estatista? A propósito da Comuna de Paris de 1871**. In: ORSO, P. J.; LERNER, F.; BARSOTTI, P. *A Comuna de Paris de 1871*. São Paulo: Ícone, 2002.
- PEDUZZI, P e LABOISSÈRE, P. **‘O governo não é idiota de restringir’**. Disponível em: <<http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/governo-na-o-a-idiota-de-restringira/358222>>. Com acesso em 15.03.17.
- CONGRESSO EM FOCO. TEMER: **“Quem não tem dinheiro não faz faculdade”**, diz deputado a manifestante. Disponível em: <<http://congressoemfoco.uol.com.br/noticias/quem-nao-tem-dinheiro-nao-faz-faculdade-diz-deputado-a-manifestante/>>. Com acesso em 20.10.16.
- MÍDIA POPULAR. **É preciso enxugar regalias dos professores para equilibrar cofres de estados e municípios, diz governo federal**. Disponível em: <<http://www.midiapopular.net/news/e-preciso-enxugar-regalias-dos-professores-para-equilibrar-cofres-publicos-diz-governo-federal/>>. Com acesso em 14.02.17.
- O GLOBO. **Crise força o fim do injusto ensino superior gratuito**. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/opiniao/crise-forca-fim-do-injusto-ensino-superior-gratuito-19768461>>. Com acesso em 24.07.16.
- ORSO, P. J. Neoliberalismo: equívocos e consequências. In: LOMBARDI, C. [et al]. **Liberalismo e educação em debates**. Campinas-SP: Autores Associados.
- PRAGMATISMO. **Michel Temer ataca as ocupações das escolas e critica estudantes**. Disponível em: <<http://www.pragmatismopolitico.com.br/2016/11/michel-temer-ataca-ocupacoes-ironiza-estudantes.html>>. Com acesso em 08.11.16.
- SOUZA, Josias de. **Mendonça Filho: ‘Politizar o Enem foi desrespeitoso com milhões de jovens’**. Disponível em: <<http://josiasdesouza.blogosfera.uol.com.br/2016/11/03/mendonca-filho-politizar-o-enem-foi-desrespeitoso-com-milhoes-de-jovens/>>. Com acesso em 03.11.16.
- UOL. **Crise pode levar 3,6 milhões de brasileiros de volta à pobreza, diz estudo**. Disponível em: <<http://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2017/02/13/crise-pode-levar-36-milhoes-de-brasileiros-de-volta-a-pobreza-diz-estudo.htm>>. Com acesso em 14.02.17.
- UOL. Cotidiano. **Protestos contra reformas do governo Temer ocorrem em 19 Estados e no DF**. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2017/03/15/protestos-contrareformas-do-governo-temer-ocorrem-pelo-brasil.htm>>. Com acesso em 14.02.17.
- VIEIRA, Victor. **Universidades federais devem ter corte de até 45% nos investimentos**. Disponível em: <<http://educacao.estadao.com.br/noticias/geral,federais-devem-ter-corte-de-ate-45-nos-investimentos,10000068526>>. Com acesso em 20.10.16.

WYLLYS, Jean. **As cinco mentiras do Globo sobre a universidade pública**. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/sociedade/as-cinco-mentiras-do-globo-sobre-a-universidade-publica>>. Com acesso em 20.10.16.

Notas:

- ¹ Doutor em História e Filosofia da Educação pela Unicamp, professor dos cursos de Pedagogia e do Mestrado em Educação da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste, líder do Grupo de Pesquisa em História, Sociedade e Educação no Brasil – GT da Região Oeste do Paraná – HISTEDOPR. E-mail: paulinorso@uol.com.br.
- ² É importante lembrar que a avaliação do Enem é utilizada como critério para de seleção por praticamente todas as universidades federais do país e também muitas estaduais. A USP, por exemplo, selecionará 21% de seus alunos pelo Enem.
- ³ Veja que o propalado ensino em tempo integral se constitui numa verdadeira piada. O governo propõe que atinja pouco mais de 500 escolas, quando existem 188.673 no Brasil. Isso equivale a pouco mais de 0,5 %.
- ⁴ Quando foi criada a Universidade de São Paulo – USP, os liberais paulistas, para impedir que se ensinassem conteúdos diferentes do liberalismo, contrataram “eminentes professores estrangeiros”, estritamente afinados com essa ideologia e organizaram um “ciclo básico” em que todos os alunos que adentravam a universidade eram obrigados a permanecer por dois anos cursando as disciplinas das “ciências humanas”, recebendo formação humanista, leia-se, liberal, e só depois, cursariam as disciplinas específicas nas diferentes áreas do conhecimento e das especialidades. Com isso, antecipavam-se em mais de 80 anos ao Escola “sem” Partido.

Recebido em: 16/03/2017

Publicado em abril de 2017